



**RATIO FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIA RIZOLENE JOSUÉ DA SILVA

**A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS:
AVANÇOS E DESAFIOS**

FORTALEZA - CE
2018

MARIA RIZOLENE JOSUÉ DA SILVA

A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICAS: AVANÇOS E
DESAFIOS

Monografia submetida à aprovação do
Curso de Bacharelado em Serviço Social
pela Faculdade Teológica Ratio, como
requisito parcial para obtenção de título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Maria do Socorro
Lima Martins Matos

MARIA RIZOLENE JOSUE DA SILVA

A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS: AVANÇOS E
DESAFIOS

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Maria do Socorro Lima Martins Matos

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Maria do Socorro Lima Martins Matos (Orientadora)
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Prof.^a Ms. Deocleciana Paula da Silva
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Prof^a Esp. Francisca Emmanuella Saraiva Martins
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Dedico esse aprimorado trabalho a meu pai celestial Deus que sempre esteve comigo, me ajudando a seguir firme, e também a toda minha família.

AGRADECIMENTOS

O agradecimento de ter concluído meu curso de serviço social vai primeiramente para Deus, que sempre está em minha vida segurando minha mão e apoiando meus projetos de vida, e nesse trabalho pude sentir mais ainda sua presença em minha vida, e por não ter um pai presente em minha vida, ele sempre representou um pai excelente.

Agradeço a minha mãe que mesmo distante, me incentivava com palavras de fé para que eu não desistisse e com suas orações me dava uma grande força para persistir nessa longa e árdua carreira acadêmica. E também minhas irmãs Patricia e Marlucia que nos últimos momentos de concluir meu curso me ajudaram a seguir em frente nessa batalha, meninas aqui vai o meu muito obrigada.

E claro não poderia deixar de falar em uma pessoa que sempre me incentivou para que eu fizesse uma graduação, essa pessoa em que amo muito é meu esposo Fabio Jeovane, pois acredito que se não fosse a ideia dele não tinha dado um ponta pé para estar voltando a estudar devido as múltiplas funções que temos de realizar como ser mãe de família e trabalhar fora, requer muita força de vontade, mas com seu incentivo eu concluí meu sonho. E mais uma vez obrigada!

Agora vou falar aqui de meus filhos que também tiveram a paciência de me deixar longe deles algumas horas durante esses quatro anos, para que eu fosse buscar uma formação acadêmica, e estar me realizando profissionalmente e também dando exemplos para que eles busquem estudar de forma incessante.

Agora quero agradecer a minha amiga Marlucia Ribeiro por ter me levado no primeiro dia de aula em que ela já era inserida como aluna da Ratio fazendo o curso de segurança do trabalho e também me espelhei nela para estudar novamente e só tenho a agradecer a ela por toda força.

Meu agradecimento vai também para meus professores sem exceção de nenhum, pois todos fizeram seu papel para comigo de forma leal e positiva fazendo com que eu tivesse gosto de todos os dias estar presente em sala de aula, realizando minhas atividades. Deixando um legado imenso para que eu possa estar desenvolvendo minha profissão. Principalmente aos professores da banca com suas sugestões e elogios com grandes incentivos para a minha vida.

Agradecer a todos que fazem a Faculdade Teológica Ratio, em especial meus orientadores que foram os professores; Assis Mota, Cristiane Lima, e com muito

carinho que me ajudou bastante no meu português, como uma aula extra, (risos), ela, a professora Socorro Matias, uma pessoa mais que minha professora, pois vai ser minha inspiradora, obrigada minha querida orientadora por tudo e por sua paciência comigo.

Agora esse agradecimento vai em especial para minhas poderosas, era assim o nosso grupo do whatsapp em que é composto por Bruna Bezerra, Ivone Lima, Lília Passos e Rayane Lima. Mas não posso deixar de falar na Anuska minha companheira de ônibus que também foi importante na minha vida acadêmica e as meninas com quem fiz o estágio em Canindé Lucilair Xavier e Cristina, não tenho palavras para descrever o quanto essas pessoas me trouxeram aprendizado.

“[...] educadores e assistentes sociais são profissionais que compartilham desafios semelhantes, ambos têm na escola seu ponto de encontro. Dentro desses possíveis espaços de atuação profissional apresenta-se como ponto fundamental no contexto da profissão a dimensão educativa, procurando direcionar o processo de trabalho do assistente social através de ações interdisciplinares de orientação e informação, incentivando gestões participativas e contribuindo para a construção de novos sujeitos sociais.”

(Micheli Klauber Faustino)

RESUMO

O presente trabalho tem como título: A inserção do Assistente Social na Educação Pública: Avanços e Desafios. Uma temática que precisa ser discutida, visto que, a lei que inclui o profissional de Serviço Social na educação foi aprovada, mas a implementação ainda é muito lenta. Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar os avanços e desafios da inserção do assistente social nas escolas públicas, e como objetivos específicos: caracterizar a trajetória da inserção do profissional na educação; descrever a atuação do assistente social na escola; e, identificar os tipos de demandas do assistente social na escola. Para a efetivação deste trabalho foi utilizada pesquisa de cunho qualitativo, pesquisa bibliográfica e documental. As categorias utilizadas foram: Serviço Social, buscando um resgate da história de como o Serviço Social foi inserido na educação; educação, trazendo uma aliança com o Serviço Social e a importância de sua inserção nas equipes de escolas públicas, em especial, e a categoria questão social, utilizada para compreender suas múltiplas expressões que se retrata dentro das escolas no cotidiano. Nas conclusões finais percebemos a importância de ter o profissional assistente social na educação.

Palavras – chave: Serviço Social. Educação. Trabalho Multiprofissional.

ABSTRACT

The present work has as its title: The insertion of the Social Worker in Public Education: Advances and Challenges. A theme that needs to be discussed, since the law that includes the Social Work professional in education has been approved, but the implementation is still very slow. Thus, the general objective of the research is to analyze the advances and challenges of the insertion of the social worker in public schools, and as specific objectives: characterize the trajectory of the insertion of the professional in education; describe the role of social worker in school; and, identify the types of social worker demands in school. For the accomplishment of this work we used qualitative research, bibliographical and documentary research. The categories used were: Social Service, seeking a rescue of the history of how Social Work was inserted in education; education, bringing an alliance with Social Service and the importance of its insertion in the public school teams, in particular, and the category social question, used to understand its multiple expressions that is portrayed within the schools in daily life. In the final conclusions we realized the importance of having the professional social worker in education.

Keywords: Social Service. Education. Multiprofessional Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS - Associação Brasileira de Escola de Serviço Social
AEE - Atendimento Educacional especializad
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CF - Constituição Federal
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CP - Centros Populares
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de referência especializada de Assistência Social
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
DIPRE - Projeto Divisão e Proteção ao Estudante
EJA - Educação para jovens e adultos
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico
FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
INEP - Instituto Nacional de estudos e Pesquisas educacionais
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCP - Movimento Cultura Popular
MEB - Movimento de Educação Base
MEC - Ministério de Educação
PBF – Programa Bolsa Família
PcD – Pessoa com Deficiência
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PCCS – Planos de Cargos, Carreiras e salários
PETECA - Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente
PL - Projeto de Lei
PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PSF – Programa Saúde da família
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UNES - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PERCURSO METODOLÓGICO	18
2.1 Aproximação com o objeto	18
2.2 Procedimentos metodológicos	21
3 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	24
3.1 Histórico	24
3.2 Legislação	30
3.3 Equipes multiprofissionais	33
4 A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	38
4.1 Legislação	38
4.2 Avanços e desafios diante da inserção do assistente social na educação ..	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca compreender a inserção do Serviço Social no sistema escolar público, seus avanços e desafios, sendo o assistente social o profissional apto a perceber as múltiplas expressões da questão social. E a partir da leitura da realidade, propôr intervenções que possam trazer avanços, fazendo com que o estudante se perceba cidadão e, minimizando as questões sociais dentro da escola.

Ao fazer a ligação entre o Serviço Social e a política da educação precisamos, primeiramente, conhecer e falar da educação desde o início, para que o leitor tenha uma fácil compreensão de como essa relação pode se construir. Por isso, precisamos nos remeter à séculos anteriores, quando foi institucionalizada e reconhecida a educação pública brasileira, na primeira república do Brasil no século XX, em que expandia o capitalismo em um tempo, em que o ensino não havia muitas exigências por ser uma educação fragilizada, uma época em que o pensamento crítico não fazia parte do contexto da educação.

A Constituição Federal da República do Brasil de 1988, tem como fundamentos a soberania, cidadania e a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a livre iniciativa e o pluralismo político, objetivando a construção de uma sociedade justa, livre e solidária, que garanta o desenvolvimento nacional, e assim, possibilite que seja erradicada a pobreza e a marginalização, ao mesmo tempo, reduzindo as desigualdades sociais, promovendo o bem de todos, sem qualquer tipo de preconceitos ou discriminação, e nesse sentido, a educação tem um papel fundamental, de fazer com que o aluno perceba a realidade e possa transformá-la. Como já foi mencionado acima, no século XX começou a expansão da educação básica no Brasil, com destaque maior a partir da Constituição de 1988, e estabelecendo um prazo de dez anos para que houvesse uma grande rede de ensino erradicando o analfabetismo.

Foi dessa forma, que a educação foi se aprimorando no Brasil após a Constituição Federativa do Brasil ser aprovada e inseriu o direito subjetivo para todos, fazendo com que houvesse urgência na abertura de mais escolas e formação de docentes. Após dois anos da Constituição ocorreu a criação do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), substituindo o Movimento Brasileiro

de Alfabetização (MOBRAL), que teve sua duração até o ano de 1985, pois, de acordo com a citação de posta, podemos relembrar o que foi de fato o MOBRAL:

[...] O movimento Brasileiro de alfabetização (Mobral) foi criado em 15 de dezembro de 1967, por meio da Lei nº 5.379, e pretendia ser a resposta do estado ao problema do analfabetismo, que se colocava como uma grande problemática no país no início da década de 1970. (MAYRA BARBOSA, 2015).

Com o advento da Constituição e, através da implantação de programas mais atualizados, e baseado nos novos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação (PCN), no ano de 1995 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), municipalizando a educação básica, que seria o ensino fundamental e, tendo a educação infantil na posição inicial do ensino básico, mas para que houvesse de fato um avanço, era preciso financiar novos projetos, e para isso, foi elaborado a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e com isso, o nível escolar ficaria dessa forma: o 1º grau se transformou no ensino fundamental, e o 2º grau no ensino médio.

Diante da historicidade da educação, percebemos que a transformação do primeiro grau em ensino fundamental, e o segundo grau em ensino médio, foi um dos grandes avanços desse processo; entretanto, há ainda uma problemática que assusta e que é um grande desafio para a Política da Educação, ou seja, os índices que se trata da evasão escolar é uma grande questão social dentro das escolas brasileiras. De acordo com uma pesquisa da Revista Isto é, do dia vinte de abril do ano de dois mil e dezoito, foi detectado que o país precisaria em média de 200 anos para que todos os jovens entre quinze e dezessete anos, frequentassem a sala de aula.

A evasão escolar é extensa, com pertinência de ter como motivações: as drogas, a gravidez na adolescência, a situação sócio econômica e o bullying. A mesma retrata a defasagem na educação, que contribuí negativamente para o aumento do desemprego para jovens e adultos. Vimos que, com todos esses fatores negativos mencionados, faz com que, o desinteresse pelos estudos aumente e, como consequência, corre o risco desse jovem ficar fora do mercado de trabalho.

Para buscar a superação desse quadro de evasão escolar, foram criados programas de incentivos e proteção, que visam à melhoria da educação, como é o

caso, do Projeto Divisão e Proteção ao Estudante (DIPRE), um trabalho executado por Policiais Cívicos e Militares, que logo será discorrido nos capítulos sobre seu objetivo e funcionamento.

Com toda essas informações sobre a evasão escolar é perceptível o atraso na educação brasileira, mesmo com tantos avanços. Um índice extraído através da matéria da Revista Isto é¹, trazendo números da população brasileira, que não conseguem terminar os estudos na modalidade normal, atingindo um percentual de cerca de 52% dos brasileiros entre 19 e 25 anos que deixaram de estudar e não se dedicaram à escola como deveriam, ou estão atrasados na formação.

De acordo com a mesma revista, aproximadamente 43% da população com mais de 25 anos tem o ensino médio completo. O índice está abaixo da média dos países da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 65% e, 62% não estudam no ano adequado a sua idade. Um em cada quatro brasileiros entre 15 e 17 anos abandonam os estudos anualmente e, 11,2 milhões de jovens no país não estudam e nem trabalham, trazendo aos cofres públicos um custo de 3 bilhões de reais, anualmente, por conta do abandono escolar.

Em relação ao número de matrículas, de acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), no ano de 2017 no Brasil, as matrículas em educação profissional contam com 1,8 milhões de alunos, na educação infantil com 8,5 milhões de matrículas, no ensino fundamental tem 27,3 milhões de matriculados, dessa forma, no início do ano conta com 15,3 milhões de matrículas, que vão sendo atualizadas durante todo o ano atingindo um total de 12 milhões de matrículas, que somando a totalidade atinge 27,3 milhões de alunos no ensino fundamental naquele ano. No ensino de jovens e adultos (EJA), o país conta com 3,6 milhões de alunos frequentando a escola. Na educação especial, o censo escolar até 2017, mostra que 98,9% dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, estão inseridos na sala de aula comum.

Saindo dos índices de evasão escolar e matrículas, precisamos nos atentar e dar uma grande importância para o papel da escola e sua equipe multiprofissional, pois o profissional de Serviço Social, por possuir preparação técnica-metodológica diante das situações da questão social, reforça a importância deste serviço dentro

¹ Revista Isto é de 20 de Abril de 2018.

das escolas atuando em uma equipe interdisciplinar, trabalhando não somente com base na política educacional do binômio educando a família, como também nos direitos sociais.

Sabemos que a visão do profissional da educação diante da problemática é logo de resolução, ou seja, de imediatismo, porém, como resolver se não tem aparato necessário perante a situação. Então, para que não fique sem resposta para a demanda, são feitas articulações multiprofissionais e intersetoriais, a fim de que encontrem resposta para tal demanda e realizar os procedimentos necessários dentro do âmbito escolar.

Quando nos atentamos a falar sobre a educação, precisamos juntar escola e comunidade. Nas comunidades, um grande número de famílias vivem em situações de vulnerabilidade e, uma das grandes dificuldades é a manutenção de seus filhos na escola, pelos mais diversos motivos, como: a necessidade do aumento da renda, fazendo com que a criança ou adolescente trabalhe; a baixa qualificação dos pais; o envolvimento com drogas e o tráfico, dentre outras situações; porém, a comunidade e escola, precisam ainda de uma construção de incentivos para a manutenção dos alunos na escola e o desenvolvimento das famílias, como será mostrado nessa pesquisa que interligam os mesmos.

As demandas trazidas são as mais diversas possíveis, e elas necessitam que a equipe multiprofissional acolha e consiga realizar uma articulação com a rede, para fazer os encaminhamentos necessários, seja ele qual for, inclusive nos casos de pessoas que tenha alguma deficiência, e precisa ser matriculado na escola.

A rede do sistema da educação traz consigo demandas infinitas, sobrecarregando os profissionais que fazem parte do quadro da escola, como: gestores, professores e funcionários, pois as respostas para cada demanda, requer análises de interlocução com outros parceiros da rede, que é uma ação muito próxima das ações do Serviço Social.

No entanto, diante da problemática apresentada, propomos um trabalho científico, que responde a seguinte pergunta: quais são os avanços e desafios no processo de inserção do assistente social nas Escolas Públicas? Dessa forma, para obtermos respostas a esse questionamento foi traçado como objetivo geral desse trabalho: analisar os avanços e desafios da inserção do assistente social nas escolas públicas, e como objetivos específicos: caracterizar a trajetória da inserção

do profissional na educação; descrever a atuação do assistente social na escola; e, identificar os tipos de demandas do assistente social na escola.

Portanto, a motivação pelo qual realizamos esse trabalho é por termos trabalhado em uma instituição escolar pública do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, observando as questões sociais, que cada vez mais, vêm se agravando por se tratar de demandas que envolvem fatores sociais e econômicos, que necessitam da intervenção do assistente social nos órgãos públicos da educação, despertando assim, o interesse de desenvolver uma pesquisa que pudesse construir uma objetivação de grandes conhecimentos, e buscar solução para uma dada problemática.

Em presenciar os profissionais sobrecarregados na Escola Conceição Mourão, como: gestores, coordenadores, professores e funcionários, pois são os que mais contribuem para que seja construída uma escola com mais amplitude. Dessa forma pudemos perceber a necessidade de um profissional, que pudesse ouvir as demandas e propor estratégias de intervenção. Esse profissional seria o assistente social. Na posição de funcionário da escola, no diálogo com professores que relatam fatos, envolvendo crianças que sofrem diversas formas de violência, e que não tem uma alimentação digna para ir à escola, pois sua única alimentação seria a que é distribuída lá e, presenciando relatos de casos de crianças e adolescentes que passam por todos esses problemas sociais, nos questionávamos se o trabalho do assistente social na escola contribuiria para minimizar essas situações.

Dentro das escolas não há um acompanhamento social com mais convicção, por não ter o assistente social como um suporte para esse acompanhamento, por ser um dos profissionais nessa área, como também psicólogos e psicopedagogos, tratando assim, das problemáticas dentro do ensino público.

Nesse trabalho, a pretensão é de apresentar a real necessidade do assistente social na educação, por ter uma admiração pela educação e pelo Serviço Social e entender que, a relação entre os profissionais dessas áreas podem trazer uma grande contribuição para a área social.

Nessa pesquisa abordamos como categorias de análises: a educação, o Serviço Social e a questão social. Sobre a educação, como política pública em que Cortella (2000) afirma que, por meio da educação há possibilidade de transformações sociais e de mobilidade, tendo uma ascensão pessoal e profissional,

disponibilizando para outros, a educação minimizada das desigualdades sociais, tendo um direcionamento preparatório, transformador e capacitador.

Para se alcançar a qualidade social na educação, é preciso uma sólida base científica, capaz de oferecer uma formação crítica de cidadania e desenvolver a solidariedade de classe social. Uma escola orientada nessa perspectiva deve selecionar e apresentar conteúdos que possibilitem aos alunos uma compreensão de sua própria realidade e seu fortalecimento como cidadãos e, ao mesmo tempo, prepará-los para transformá-la na direção dos interesses da maioria social. (CORTELLA, 2000, p. 21)

Quanto ao Serviço Social, esta é uma profissão de caráter interventivo nos direitos sociais, que tem como materialidade as expressões da questão social, ela é entendida segundo lamamoto (1997, p. 14):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...]... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”.

A questão social, assim compreendida nos mais diversos espaços ocupacionais e também dentro da escola, como já foi mencionado, existe a necessidade de uma discussão que interligue o Serviço Social à política de educação.

Apesar de ser um profissional liberal e possuir uma certa autonomia, pois detém, os meios para execução do trabalho, e os utiliza nas instituições em que se insere. A esse respeito lamamoto (2012, p. 20) afirma que:

Um dos maiores desafios que assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativos e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

O presente estudo é de origem bibliográfico, trazendo uma abordagem de natureza qualitativa de sujeitos não participantes, que permite estudar suas particularidades e experiências individuais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica,

em que utilizou-se de conteúdos de livros, revistas e artigos a respeito do assunto relacionado.

Esse trabalho de pesquisa baseia-se, ainda, nas leis que regem as profissões de acordo com sua competência, bem como, o que baseia a política pública de educação e, dessa forma, a pesquisa bibliográfica foi complementada por uma pesquisa documental. De acordo com Queiroz (2015, p. 14):

A pesquisa documental possibilitou apreender o atual ordenamento legal das políticas sociais e, particularmente, da política de educação, em seus documentos nacionais, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB; Plano Nacional da Educação – PNE; Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; e Constituição Federal de 1988.

Os autores com os quais dialogamos e que embasaram esse conteúdo foram: Mayra de Queiroz; Moacir Gadotti, Souza, Yamamoto, Cortella. Pelo qual exploramos a leitura, com a expectativa de elencar a pesquisa de forma objetiva e clara, para que os leitores possam identificar a real necessidade de se ter uma equipe interdisciplinar dentro das escolas, e com todas as informações trazidas para esse trabalho, fazendo com que aumente a inspiração para o desenvolvimento de mais pesquisa e estudos semelhante ao tema desse trabalho.

Este trabalho foi dividido da seguinte forma: esta parte introdutória, que apresenta as primeiras discussões sobre o tema. A seguir trazemos um capítulo sobre o tema. Em seguida trazemos um capítulo sobre o percurso metodológico em que descrevemos a nossa aproximação com o objeto de pesquisa e depois descrevemos os procedimentos metodológicos para a sua realização.

Depois, apresentamos um capítulo sobre, a Política Nacional de Educação. Nele fazemos um resgate histórico, discutimos a legislação e o papel das equipes multiprofissionais nessa política.

O último capítulo tem como título, “A Inserção do Assistente Social na Educação”. Nele apresentamos a legislação que trata dessa inserção e depois os avanços e desafios diante da inserção do assistente social na educação pública.

Nas considerações finais apresentamos as análises acerca do processo da realização dessa pesquisa e dos resultados alcançados.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesse capítulo abordamos o percurso metodológico com a aproximação do objeto e os procedimentos, para que o leitor tenha uma compreensão de como se deu a busca de informações para que o trabalho fosse realizado e desenvolvido. Esse trabalho é uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e descritiva regida, por leis que regulamentam as profissões nas áreas de Serviço Social e Educação.

2.1 Aproximação com o objeto

Ter algo em comum com o tema faz com que consiga desenvolver o trabalho com mais precisão, e conseguir evoluir com base nas leituras e vivências práticas sobre o tema escolhido. Para a realização desse trabalho houve mudanças de temas, mas sempre tendo algo em comum comigo², em que realizei o trabalho e construí um maior envolvimento com o que estava sendo pesquisado.

Dessa forma, inicialmente, o trabalho pesquisado teria como tema: Como se dá a intervenção do assistente social, mediante a problemática da depressão na adolescência na Escola Conceição Mourão. Seria um tema voltado para a depressão na adolescência com auto mutilação, em que esse tema estava próximo de uma situação semelhante, pela qual a minha filha que sofria de depressão estava passando e, a partir desse problema, queria entender através de leituras para obter respostas para tantas dúvidas que eu tinha em relação a essa problemática que me causava sofrimento.

Logo depois, veio a decisão de mudar o tema por sentir que ia mexer emocionalmente comigo, então, pensei em abordar a educação, pois tinha uma realidade próxima e menos sofrida para mim. Dessa forma, pensei na inserção do assistente social nas escolas públicas, com avanços e desafios dentro desse âmbito, e assim, fazer com que adquirisse leituras compreensíveis para o meu trabalho, e com o apoio do professor da disciplina de TCC I, que me orientou que o tema seria uma escolha boa, me dando incentivos para que fosse realizado, pois eu conhecia muito bem as expressões da questão social da escola em que eu trabalhava.

² Peço licença ao leitor, para nesse capítulo usar o verbo na 1ª pessoa, por se tratar da aproximação com o objeto da pesquisa e a inserção em campo da pesquisadora.

Esse objeto de trabalho surgiu através das observações do cotidiano da Escola Conceição Mourão, em que tive o prazer de trabalhar e fazer parte do quadro de funcionários, na posição de auxiliar de serviços gerais durante oito anos por uma empresa terceirizada, mas que atualmente, não faço mais parte do quadro por ter sido desligada da escola, por questões de cortes da empresa. Então, enquanto funcionária, percebia no cotidiano da Escola Conceição Mourão a necessidade de um assistente social, por ser uma escola pública de ensino fundamental do 5º ao 9º ano numa área periférica, situada no bairro Granja Portugal, na cidade de Fortaleza - Ceará, composta por diretores, coordenadores, professores, psicopedagogo e funcionários de apoio, e nessa escola retratava demandas diversificadas, com recursos mínimos para que fossem minimizadas a problemática naquele âmbito escolar, ainda por cima, de todas essas questões relatadas o quadro de profissionais se encontrava incompleto.

Devido ao trabalho na escola ser difícil de ser realizado, por não ter o quadro de profissionais completo, e percebendo a necessidade de um melhor atendimento para os usuários que necessitavam ser acolhidos pela Escola Conceição Mourão, mas que não tinham uma resposta adequada para cada demanda, sendo perceptível a deficiência dentro do sistema escolar, dessa forma, eu entendia que se o assistente social e o psicólogo fossem inseridos nessa escola, contribuiriam para uma educação de qualidade, pois como estudante de Serviço Social, funcionária, mãe de alunos e conhecedora dos direitos dos usuários, os quais adquiri na faculdade em que estudava, ficava inquieta com algumas prioridades que não eram atendidas, por não ter um profissional conhecedor daquelas demandas apresentadas na escola.

Além de funcionária, eu era mãe de dois alunos na Escola Conceição Mourão, portanto, sabia das dificuldades, das ineficiências que a escola apresentava como, a questão do fardamento que era entregue, ou seja, apenas um uniforme por aluno quando por direito são dois; os livros de algumas disciplinas eram entregues já no meio do ano porque não havia na escola, dificultando o aprendizado dos meus filhos. Outro fator diz respeito às dificuldades que não só os meus filhos, mas dos alunos que necessitavam de um acompanhamento em serem encaminhados para um psicólogo ou para o oftalmologista. Em certa ocasião, um deles precisou desses dois profissionais, mas a escola não contribuiu para que fosse encaminhado, por não ter um serviço adequado disponível. Dessa forma, passei a visualizar a escola

como mãe de aluno de forma incompleta por várias questões sociais, que implicam no trabalho de outras escolas do município também.

A escolha desse tema se deu depois de ser inserida no mundo acadêmico, mas vindo a ser justificado com o tema Serviço Social na educação, pois já tinha em mente através das minhas observações como mãe e funcionária, a deficiência da escola, antes mesmo de ser estudante; porém, não tinha entendimento teórico para saber distinguir de fato, o que era questão social. A aproximação com o objeto da pesquisa assemelhava-se ao que era observado na Escola Conceição Mourão e, com os conhecimentos adquiridos durante o curso de Serviço Social na Faculdade Ratio.

Esse trabalho foi importante, porque a partir dele, comecei a fazer a relação entre às discussões sobre a aproximação teórica e a metodológica, com observações feitas de quando era funcionária da escola, compreendendo toda aquela problemática que era apresentada nela. Foi através de uma longa jornada de leituras, transformada em uma pesquisa qualitativa e explicando melhor a importância desse tema para todos os leitores, em especial, os estudantes de Serviço Social, que desenvolvi essa pesquisa, pois se faz necessário até para outras categorias, terem acesso e conhecimento acerca do tema.

Com grande relevância acadêmica por ter as categorias bastante procuradas nas faculdades e universidades, as categorias escolhidas são próximas da realidade social do país, pois sem educação não construímos nada e com o Serviço Social inserido na política de educação, subsidiando uma leitura da realidade das expressões da questão social, isso traz uma somatização para dentro dessa política de educação, possibilitando a criação de estratégias de intervenção que, oportunize a melhoria no sistema de educação no país.

O que está sendo apresentado nesse trabalho é uma realidade que é presente na política de educação, assim como, comum em diversas escolas públicas, porque minhas inquietações surgem das observações, enquanto mãe de alunos e profissional da escola e que, como pesquisadora, consigo através das leituras trazer essa realidade para dentro desse trabalho e fazer com que as pessoas que lêem, tenham uma visão ampla das questões que permeiam a escola, sob o olhar da pesquisadora, funcionária e mãe de aluno, se desnudando do papel de funcionária e de mãe, para o olhar da pesquisadora. No entanto, quanto mais eu adquiria conhecimento sobre o assunto, mais via nas leituras aquela realidade

apresentada dentro da Escola Conceição Mourão, o que cresceu ainda mais, a ideia de que é necessário a inserção do assistente social nas escolas públicas.

Não devemos deixar de citar as contribuições que vem para a sociedade, pois dessa forma, fazemos com que tenhamos uma comunidade envolvida na educação dos filhos, quando os pais estão inseridos nas escolas e ficando a par de tudo, inclusive, sendo encaminhados para o que for preciso, pois é uma forma deles contribuírem de forma participativa com a sociedade e com todo o aparato necessário dos profissionais, que de fato buscam resolver as problemáticas mais gritantes dentro das escolas municipais e estaduais.

Devemos deixar claro que, a pesquisa aqui apresentada pretende dar um norte a outrem que queira buscar essa aproximação com esse tema, sejam profissionais ou pessoa que queiram desenvolver pesquisas. Entendemos que ela pode contribuir para a realização de outros trabalhos e trazer aprendizados para outros pesquisadores, como trouxe para a minha pessoa, enquanto pesquisadora e construtora desse trabalho, percebendo a importância de ter algo em comum com a temática de estudo.

2.2 Procedimentos metodológicos

O presente trabalho foi elaborado a partir de estudos desenvolvidos com fundamentação teórica, revisão bibliográfica, com leituras e orientações com a procedência de imbricar o Serviço Social e a educação, com métodos qualitativos e resposta objetivas e coerentes para o estudo, entendendo que segundo Minayo (2010, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde as questões muito particularidades. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

A pesquisa é qualitativa por ter um aprofundamento compreensivo do objeto, fazendo a relação deste, com a problemática social e com uma dinâmica entre sujeito e o contexto a ser interpretado, de acordo com, os fatos colocados em questão.

A pesquisa por ser bibliográfica, buscou autores que tinha suas bibliografias condizentes com a educação e o Serviço Social, para que traçasse essa ligação de profissionais e políticas que adentram nos questionamentos em questão.

A revisão bibliográfica, dentro desse contexto de trabalho, tem como palavra de ordem, o planejamento seguindo os passos traçados na busca de artigos publicados, livros, teses e dissertações. Ressaltando que, a autora deve estar atenta com publicações passadas, pois a ciência está sempre se renovando, daí a necessidade do uso das publicações atualizadas, trazendo dados de novas descobertas.

Percorremos essa pesquisa, utilizando fontes bibliográficas, partindo do problema de pesquisa e seguindo um roteiro previamente traçado, elencamos levantamentos de informações referentes aos motivos para a realização da pesquisa, identificando as necessidades de consolidar dados, mais precisos sobre o assunto.

Apesar de traçarmos um roteiro, houve uma dificuldade na elaboração do trabalho por ele ser bibliográfico e, as contribuições teóricas na área pesquisada ainda não ter sido expandido, por não haver efetivamente, muitos profissionais de Serviço Social inseridos na política de educação. É preciso fomentar essa discussão na realização de outros trabalhos, dessa forma, este trabalho foi executado todo a base de leituras de livros e artigos, inclusive, artigos que estão em plataformas de pesquisas acadêmica do Google Acadêmico e o Scielo, que trazia discussões sobre as áreas de Serviço Social e educação.

Dessa forma, realizar essa pesquisa trouxe dificuldades por não conseguir informações mais concretas e por não ter o assistente social dentro das escolas públicas, dificulta encontrar respostas para saber qual o impasse de inserir o assistente social no âmbito escolar.

Pesquisar bibliograficamente requer muitas leituras com e ter um olhar bem aguçado, dialogar com vários autores que nos favorece a refletir, e ter pensamentos que nos fazem concordar com alguns assuntos que me trazia inquietações discordantes, mas com as leituras obtive resposta para o que tinha dúvidas, tais como: as expressões da questão social nas escolas públicas e a necessidade da inserção do assistente social.

O percurso desse trabalho traz informações que contribuem para que não seja uma pesquisa repetitiva, tendo fontes bibliográficas bem nítidas e fácil de

dissolver suas colocações, de acordo com a reflexão colocada pela autora, superando as dificuldades e adentrando nas leituras e artigos, percebi o que de fato implica a inserção do Serviço Social nas escolas públicas.

A ideia surge desde os primeiros semestres, e vai se modificando, partindo do projeto de pesquisa, projetos de intervenções e realizações de resenhas críticas, ou seja, um ensaio que faz com que o aluno, já inicie seus diálogos com os autores, e tenha um embasamento sobre como é de fato, construir uma pesquisa acadêmica.

É importante ter o conhecimento científico, para que se possa percorrer uma metodologia que embase os conhecimentos empíricos, evoluído cientificamente, e sendo transformado de forma que a possibilite as grandes realizações de estudos, e que consigamos está aumentando o número de pesquisadores dentro das formações acadêmicas. Ou seja, que os conhecimentos de outrem. sejam incentivos a continuidade dos trabalhos.

Quando coloco que, o conhecimento científico é importante, é por saber que a partir dele compreendemos a essência do que está sendo realizado sem superficialidade, com causas e consequências, que cada trabalho traz com seu desenvolvimento e tendo aproximação com a veracidade. A seguir, apresentamos uma discussão sobre a Política Nacional de Educação.

3 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nesse capítulo discorreremos sobre a política da educação no Brasil que foi reestabelecida em meados dos anos 1960 no século XX, momento de expansão do capitalismo, retomada dos movimentos populares, e a mobilização sindical, com os índices de escolaridade baixíssimos, precisando com urgência, de um processo de mudança da educação brasileira. A preocupação de reestruturar a educação se deu após a segunda guerra mundial com o surgimento de indústrias, dessa forma a educação foi criando força e se desenvolvendo.

3.1 Histórico da política da educação brasileira

A política da educação no Brasil foi marcada por avanços e recuos, já na metade da década de 1960 foi configurada por ações e movimentos populares da educação, como os Centros Populares (CP), Movimento Cultura Popular (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB). No ano de 1964 acontecia o golpe militar, e eram retirados das pessoas o direito de realizar os movimentos, ou seja, não podiam expressar o seu pensamento, nesse percurso os líderes dos movimentos eram penalizados.

A política de educação pós 1964 tinha como finalidade, implementar uma política burocrática e autoritária do país. Nessa mesma época surgia a União Nacional dos Estudantes (UNE), com o importante papel de reivindicar uma nova educação.

O Plano Nacional de Educação (PNE), articulou dentro do sistema da educação, metas, estratégias e diretrizes da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, com vigência até 1971, unindo o ensino primário e o secundário sob a denominação de Ensino de 1º e 2º graus.

A educação nesse período, trazia alterações e criações de leis e projetos que, vieram alavancar um grande avanço através de lutas, que enriquecessem a política de educação no Brasil. A educação formal era dividida da seguinte forma: primário e secundário. Formalizando o primário para crianças em estágio inicial com idade a partir de seis anos, enquanto o secundário era constituído para crianças com idade a partir dez anos.

Dessa forma, no século XX, especificamente no final da década de 1980 acontecia um grande marco no Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988, trazendo muitas mudanças e melhorias, no sentido da ampliação da cidadania implementação de políticas públicas voltadas à população e, nesse sentido, foram sancionadas leis que regem a educação, dando uma autonomia para que essa fosse fortalecida. Nesse mesmo período se destacava os princípios norteadores da educação, dentre eles, estão: igualdade ao acesso a escola; liberdade para que se tenha o aprendizado, e o de ensinar; uma diversidade de idéias dando uma concepção pedagógicas e liberdade de criar e divulgar o que foi pensado. (BRASIL, 1998)

A carta promulgada no ano de 1988, favoreceu a democratização da gestão da educação. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aprovada em 1996, concretiza-se a participação dos profissionais na educação nos projetos pedagógicos da escola. Para dar dinamicidade e promover a gestão da política da educação foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que foi constituído em 14 de setembro de 1996, regulamentado pela Lei de Nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996, sendo implantado no dia 1º de janeiro no ano de 1998. Ressaltamos que, a partir do ano 2006, o FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério (FUNDEB), que foi criado pela emenda constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007. (SciELO, BRASIL, 2008)

Com o surgimento da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Nº 9.394/96 em 1996, as crianças de até três anos, passaram a ser matriculadas na creche na educação infantil e pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade, o ensino fundamental tem duração de nove anos, com início na idade de seis anos. Sobre o ensino médio, a LDB no artigo 35, não configurou a idade, e sim, a duração mínima de três anos para que seja finalizado. (BRASIL, 1996)

Dentro dessa conjuntura histórica da educação brasileira, podemos perceber que a mesma é dividida em vários estágios, desde o tempo colonial, até os tempos atuais, entretanto, atualmente, existe uma educação com mais aprofundamento de saberes, em que os governos assumiram uma agenda de compromissos com regras que formaliza a política da educação, buscando aprimoramento e a qualificação.

Um dos avanços na educação que está posto na Constituição Federal de 1988, no artigo 206 de 2016, estabelece oito princípios nos quais o ensino deve ser baseado:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.(BRASIL, 1998).

Baseado no princípio em que discorre a igualdade e o acesso escolar, fazendo com que o aluno esteja em sala de aula numa permanência mais longa, tendo vagas nas escolas do próprio território em que o aluno reside, se caso não houver a vaga disponível nas escola da região, ao ser deslocado de seu território ao aluno deve ser oferecido um transporte escolar da Prefeitura municipal, sendo feito um cadastro para aquele aluno que necessite ser deslocado, de acordo com o relato desse aluno que informa as dificuldades de permanecer na escola por conta de várias questões sociais, conforme exposto nessa matéria do Diário do Nordeste³.

Para J.M., 17 anos, que mora no bairro Floresta e cursa o 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola municipal do Álvaro Weyne, ocupar uma das carteiras da sala de aula com assiduidade é desafio diário - tanto para ele quanto para os oito irmãos que ainda não concluíram os estudos. Tentamos no ano retrasado, no passado e agora também pedir um transporte escolar. Na minha escola, são uns 30 alunos que precisam, mas em três anos nunca conseguimos. Conversamos com a coordenação, fizemos abaixo-assinado, e a resposta é sempre que existe dificuldade de mandar esse ônibus", lamenta o estudante, ressaltando que ele "e outros vários já faltaram aula por não ter como ir ao colégio". "As pessoas julgam quando a gente falta aula por não ter transporte, mas e o dinheiro da passagem? Só lá em casa, ainda mais perigoso com essa história de facções", relata J.M., cuja mãe precisaria desembolsar R\$ 24 por dia apenas com as meias passagens, de ida e volta, dos filhos.

Como vimos, a partir desse relato em que crianças tem o seu direito estabelecido por Lei, mas que não é lhe concedido por conta da má distribuição de verbas, que não disponibiliza transporte escolar nos municípios, gerando um

³ Jornal Diário do Nordeste de 22 de Fevereiro de 2018.

prejuízo e desestímulo para as crianças que necessitam estudar, para que consigam um futuro melhor, ocasionando inclusive a evasão escolar. Dentro desse assunto ainda, trazendo um índice da totalidade de alunos que necessitam⁴ desse direito. Podemos visualizar nessa matéria, um grande agravante econômico em que, mesmo com a meia passagem, não teria como a mãe dessas crianças ter todos os dias esse valor mencionado na reportagem, por conta da quantidade de filhos que necessitam do transporte para ir a escola e, nas escolas era para se ter como uma prioridade a realização da locomoção dessas crianças para ir à escola, prevenindo assim, a evasão escolar. Como podemos observar nos dados do INEP, a grande quantidade de alunos que necessitam e dependem do transporte escolar, e o não fornecimento do mesmo, causa danos irreparáveis na educação das crianças.

Nos municípios cearenses, dos 2,5 milhões de alunos matriculados na rede pública em 2017, mais de 645 mil dependiam do transporte público escolar para chegar às unidades, de acordo com o Censo Escolar divulgado neste ano pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (INEP)

Entrando, no assunto do segundo princípio, que assegura a liberdade do aprendizado em que a educação estabeleceu dentro daqueles nove anos do ensino fundamental e dos três anos do médio, os saberes que têm que ser compartilhados, dentre eles: ciência, história, arte e cultura. Dentro do processo de formação, o aluno tem como finalidade, ter desenvolvido o saber e ter aprendido a linguagem e normas da história e geografia, dentre outros. Portanto, tem que ser fomentado a pesquisa, a discussão e a divulgação do pensamento e das opiniões.

O que explanamos nesse trabalho, está dentro do princípio do pluralismo de ideias, da atual discussão de se ter uma escola sem partido, que dessa forma, desde o mês de julho, segundo o site G1⁵, já foram nove sessões marcadas para analisar o projeto da comissão da escola sem partido. Esse projeto impõe regras aos professores sobre o que pode ser ensinado em sala de aula. O texto proíbe a manifestação de posicionamentos políticos, ideológicos ou partidários. Então, a proposta abaixo nos deixa a refletir sobre o assunto.

⁵ G1. De 22 de Novembro de 2018.

O texto do relator estabelece que não poderão ser discutidas questões de gênero e reforça que a educação religiosa, sexual e moral devem ficar a cargo da família, e não das instituições de ensino.

Segundo a proposta, os professores não podem se aproveitar da "audiência cativa" dos alunos para promover uma determinada corrente ideológica ou suas preferências morais e partidárias.

Defensores do texto afirmam que o objetivo é evitar a "doutrinação ideológica" nas escolas, que, segundo eles, geralmente é alinhada com a esquerda.

Críticos à proposta, porém, argumentam que o projeto fere a liberdade de aprender e ensinar e não estimula o pensamento crítico dos estudantes.

Com essa discussão de se ter uma escola sem partido interferindo no saber que, envolve uma pluralidade de ideias e ideologias, o aluno tem ferido o direito do conhecimento diverso que possibilita a formação de opiniões críticas a partir da análise do que foi aprendido nos estudos históricos sobre o comunismo, liberalismo e marxismo, dentre outras teorias⁶.

E sobre os direitos e segurança dos trabalhadores, vimos na Constituição, sobre a efetivação dos profissionais da educação, evitando assim, que os professores deixem àquele local no meio do ano letivo, não tendo uma rotatividade para que o aluno não fique sem ter aula, até que sejam contratados novos professores e, além disso, é um incentivo para a formação dos professores, para que atinja o nível superior, pois há um tempo atrás parte dos professores não tinham isso. Para ser um professor nos dias atuais é preciso está de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), ou seja, precisa ter a formação adequada e expandir o conhecimento com cursos de pós graduação, mestrados e doutorados, isso gera mais expectativa de incentivos e promoções por meio dos Planos de Cargos, Carreiras e salários (PCCS).

Professores com um nível de títulos mais avançados deveriam atuar nas escolas com os alunos mais pobres, mas o Brasil não aplica essa política”. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em reportagem do site do G1, mostra como os professores veem sua valorização profissional, que de acordo com o estudo mostra que, no Brasil, só 12,6% dos professores acreditam ser valorizados pela sociedade. A média de 25 países membros da OCDE, no mesmo ano foi de 28%.

Na perspectiva em que docente e discente sejam envolvidos nas comunidades, com os pais de alunos e os próprios alunos, discutindo sobre as

⁶ Reportagem; 11 de Junho de 2018.

prioridades dentro da escola, com recursos que entram para que seja destinada à necessidade da escola, de acordo com a demanda, como por exemplo: ampliação de sala da informática, biblioteca, ou alguns reparos nos espaços da escola. Além disso, a criação dos conselhos escolares e conselhos de educação que, estabelecem metas e diretrizes pra a educação nas três esferas dos Governos Municipal, Estadual e Federal. Dessa forma, a participação da comunidade representa o comprometimento.

A participação de toda comunidade escolar na elaboração de projetos pedagógicos que a escola pretenda executar começa a partir do momento em que acontecem reuniões, encontros na própria escola. Convocar a comunidade escolar para o debate sobre as técnicas e práticas a serem desenvolvidas na escola representa o ápice do processo de gestão participativa. O comprometimento e participação da comunidade no cotidiano escolar nos conduzem à construção da democracia.(SITE G1 GESTÃO DEMOCRÁTICA/ VILLELA, 2018)

Dentro de todos os direitos assegurados através da Constituição, para os que compõe a educação é preciso enfatizar a garantia do padrão de qualidade, fazendo com que o aluno de escola pública tenha uma igualdade na concorrência de vagas para concursos, vestibulares e no ENEM, com alunos da rede privada.

Devemos lembrar que existem outras reivindicações que se impõem no mundo contemporâneo, como por exemplo, a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e a capacidade de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Poderíamos aqui elencar citações sobre o direito à educação, sem querer, no entanto “fechar questão. (SITE; EDUCADOR BRASIL ESCOLA UOL)

Em relação ao piso salarial, de acordo com a Lei, é um direito garantido como incentivo para que os professores permaneçam no ensino público, e deseje a ampliação dos seus estudos. Ressaltando que, o plano de cargos e carreira salarial está ligado ao piso salarial.

O valor do piso salarial do professor é definido pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Ela se aplica a profissionais do magistério público da educação básica que desempenham atividades de docência ou de direção, administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacional em escolas de ensino básico.(SITE; GUIA DA CARREIRA)

Os princípios aqui elencados são condições adquiridas na Constituição Federal de 1988, para que a educação seja reforçada, inserindo de forma universal

todos os que necessitam do ensino, pois com jovens voltados para educação, é possível uma evolução nesse país. A educação será uma forma de fazer com que, pessoas se conectem no mundo, sem que haja alienação, porque as transformações que vão acontecendo, fazem com que a educação gire em torno de todos.

3.2 Legislação Educacional

A educação básica no Brasil está inserida na Constituição Federal do dia 05 de outubro de 1980, no título III. Para a regulamentação do estabelecido no texto constitucional, foram aprovadas resoluções, portarias e decretos. Para entendermos melhor essa normativa atual, precisamos retomar como foram discutidas, elaboradas e aprovadas o que sustentam e amparam as escolas do nosso país. Até meados dos anos de 1980, o país vivia a Ditadura Militar que havia iniciado nos anos 1960.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi sancionada do ano de 1961, Lei 4.024 em 20 de dezembro de 1961, estabelecendo a educação secundária e primária, mas vindo a ser reformulada no ano de 1996, trazendo como uma das principais mudanças, a transformação no ensino fundamental e médio. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei de Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tem cinco títulos: da Educação; dos princípios e fins da educação nacional; do direito à educação e do dever de educar; da organização da educação nacional; e, dos níveis da modalidades de educação e ensino. Os títulos I e II tratam da composição dos níveis escolares e da educação básica.

A educação infantil, o ensino fundamental, o ensino Médio, a educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Educação de Jovens e Adultos traz sua formação e amparos legais, nas esferas municipais e estaduais composto por níveis escolares como já foi dito. A educação infantil, e o ensino fundamental são responsabilidade da rede municipal, que tem todo aparato sistematizado e gerido pelas prefeituras municipais de cada cidade no Brasil, com verbas governamentais e com uma nova modalidade. Como podemos ver abaixo.

Assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, mais oportunidades de aprender e um ensino de qualidade. Essa é a proposta do MEC com a implantação do ensino fundamental de nove anos. A intenção é fazer com que aos seis anos de idade a criança esteja no primeiro ano do ensino fundamental e termine esta etapa de escolarização

aos 14 anos. A ampliação do ensino fundamental começou a ser discutida no Brasil em 2004, mas o programa só teve início em algumas regiões a partir de 2005. O prazo para que o ensino fundamental seja de nove anos em todo o Brasil é até 2010. (PORTAL.MEC.GOV.BR)

O ensino médio é de responsabilidade do Estado, com cursos profissionalizantes, viabilizando para a educação Profissional Técnica de Nível Médio, preparando os jovens para o mercado do trabalho como o Programa Jovem Aprendiz, que incentiva o aluno a se inserir no mercado do trabalho. Ressaltando que, para o aluno ser inserido nesse programa ele é avaliado por notas e frequências escolar. De acordo com Diniz e Duarte (2011, p. 235):

O primeiro aspecto a ser destacado refere-se ao processo deflagrado a partir da edição do Decreto n. 6.095/2007 e a aprovação da Lei n. 11.892/2008, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e reorganização da Rede Federal de Educação Tecnológica. Ferretti (2011) chama a atenção para o papel cumprido por esses IF no processo de reforma do ensino médio e profissional e os desafios postos a eles em função da amplitude e verticalização de todos os IF com seus múltiplos campi em cada estado brasileiro; das expectativas sociais e governamentais dirigidas a estes institutos; das demandas em termos de seu papel social e de materialização da integração do ensino médio à educação profissional técnica nos moldes do proposto pelo Decreto n. 5.154/2004.

Ao entrarmos nesse assunto sobre os benefícios que os estudantes tem ao serem inseridos no ensino médio com a preparação profissional, nos instiga a refletir sobre essa questão que, atualmente, está sendo discutida: a nova modalidade trazendo 60% da educação presencial e 40% à distância, havendo assim, um grande equívoco, pois essa mudança traz alguns pontos negativos devido a uma certa quantidade de alunos que não têm condições de acesso às ferramentas para estudar à distância.

É fato: uma proposta de grande impacto no Ensino Médio brasileiro está sendo discutida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O documento, com 21 páginas, foi apresentado pelo relator Rafael Lucchesi, membro do CNE e diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Entre outros pontos, a proposta estabelece a possibilidade de que até 40% da carga horária do Ensino Médio sejam feitos a distância (EaD). (SITE; NOVA ESCOLA.ORG.BR)

Já na educação de Jovens e Adultos(EJA) para pessoas que estão fora de faixa da idade, outros que depois de alguns longos retornam aos estudos, dessa forma estudam à noite, depois de uma jornada de trabalho, pois o mercado de trabalho está muito competitivo e, se desejam alcançar outros níveis escolares é

preciso ser inserido na educação de jovens e adultos por conta do tempo perdido. Dessa forma, a educação de jovens e adultos (EJA) tem como:

Especificidades definidas não só pela faixa etária, mas pela referência sociocultural do público atendido Educação de Jovens e Adultos(escolar) “Ação educativa dirigida a um sujeito de escolarização básica incompleta ou jamais iniciada e que ocorre aos bancos escolares na idade adulta ou na juventude.” Interrupção ou impedimento da trajetória escolar. (BRASIL, 2005)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelece e formaliza a educação privada e pública, mas há outras Leis que tratam do processo formativo como por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, que estabelece no artigo 53, que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, no preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. O mesmo deixa claro que a criança e o adolescente tem que estar devidamente matriculado, por ser uma responsabilidade da família, Estado e da sociedade, oferecer condições para que aquela criança tenha acesso à uma educação de qualidade, como já foi mencionado na Constituição Federal. O Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), estabelece direitos e garantias de crianças e do adolescente.

Além da educação formal, a escola atualmente, implanta projetos e programas para manter essa criança o mais tempo possível dentro do seu espaço educacional, evitando que ela seja submetida a risco e vulnerabilidade na rua, incluindo a exploração pela via do trabalho infantil. Dentre esses riscos, destacamos o Programa Peteca, o qual discutiremos mais na frente.

Outra lei que é importante e que traz discussões sobre o acesso à escola, é a Lei 13.146 de 06 de Julho de 2015, da Inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD), que garante às pessoas com deficiência a matrícula no sistema educacional e em todos os níveis de modalidade, além disso, garante a acessibilidade, seja para o deficiente físico, auditivo ou visual. Essa lei define que as escolas precisam ser adaptadas nas questões da inclusão e que tenham profissionais formados em Libras e Braille, livros que facilitem a leitura do cego, sem precisar que outro leia por ele, além da acessibilidade física, contribuindo para uma inclusão numa perspectiva de totalidade.

Não podemos deixar de mencionar nesse trabalho, uma lei que foi criada favorecendo às famílias de baixa renda: a lei que cria o Programa Bolsa Família

(PBF), que concerne a educação em que o aluno precisa manter a frequência escolar de 85% e, essa frequência é alimentada pelo envio dos diários à secretaria que alimenta o sistema, portanto, a exigência da frequência escolar como condicionalidade para a manutenção do Programa Bolsa Família (PBF) é uma forma de assegurar a matrícula e a manutenção do aluno na escola, que para além disso, essa condicionalidade trabalha a perspectiva do aprendizado e da ampliação do conhecimento. Segundo Queiroz (2015, p. 143):

[...] criado a partir da unificação dos antigos programas do governo Cardoso-Bolsa Escola, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação -, a frequência escolar é condição para ter acesso. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012), esse programa atende as famílias, em todo o território nacional, de acordo com o perfil e tipos de benefícios: o básico, o variável vinculado ao adolescentes (BJV), o variável gestante (BVG), o variável nutriz (BVN) e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na primeira infância (BSP). Os valores dos benefícios são pagos pelo PBF de acordo com as características de cada família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrízes e de componentes da família.

Na referida Lei Nº 10.836 do dia nove de janeiro de 2004, Programa Bolsa Família (PBF), essa legislação é paralela a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Elas buscam complementar o estabelecido na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fortalecendo o ensino e motivando a família, para que essa cumpra seu papel de matricular a criança na escola e acompanhar o seu desenvolvimento no âmbito escolar, para que os mesmos tenham seus direitos garantidos.

3.3 Equipes multiprofissionais

O sistema educacional tem como objetivo, aprimorar cada vez mais o ensino público, para tanto, é preciso que desde a gestão até a execução, haja uma equipe multidisciplinar contributiva e propositiva, visando o fortalecimento do processo educativo. Como podemos ver, nesse trabalho é questionado sobre a inserção do assistente social na educação, fazendo parte dessa equipe como uma forma de somatização, gerando assim, um trabalho com trocas de conhecimentos e habilidades, com novos saberes e competências. As equipes são formadas por vários profissionais de diferentes categorias, dentre elas: pedagogos, psicólogos, psicopedagogos e bibliotecários.

A prática profissional interdisciplinar, promove o fortalecimento do processo formativo. São saberes que se complementam, entretanto, é preciso o respeito pelos limites e a competência de cada um, para que o trabalho gere frutos.

O trabalho desenvolvido por uma equipe multiprofissional na educação, só tem um crescimento maior se tivermos profissionais que saibam, além de ensinar, compreender os diversos aspectos da questão social e estabelecer uma troca de informações relacionadas com cada demanda colocada no cotidiano das escolas. Daí, a necessidade do assistente social, profissional que consegue fazer a leitura da realidade, reconhecer as múltiplas expressões da questão social e mobilizando toda a rede de atendimento para intervir nas demandas apresentadas.

O sucesso de uma equipe multiprofissional dentro da educação está em ter união, ter pensamentos reflexivos e críticos, para que sejam discutidos a questão que causa as expressões da questão social dentro das escolas, tendo um mapa para que cada profissional consiga ter, com sua habilidade, ou seja, sua técnica metodológica, realizar o procedimento de acordo com sua profissão, ressaltando que, todos os casos sejam tratados no coletivo. Para Almeida (2005, p. 98):

O Serviço Social não se propõe ocupar a função dos educadores, sua inserção visa fortalecer as redes de sociabilidade e os acessos aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais, no que se refere ao conhecimento dos direitos dos sujeitos sociais.

A equipe que compõe a educação, atualmente, são de profissionais habilidosos, extremamente competentes por realizar demandas infinitas dentro da escola, precisando assim, de outras competências, para que complementem e fortaleçam a equipe multiprofissional, que no caso, poderia ser o psicólogo e o assistente social por serem profissões vinculadas às políticas públicas, que buscam a efetividade dos direitos dos usuários, fortalecendo a rede.

A escola é um âmbito que mais precisa ser regado por uma equipe multiprofissional, para que fortaleça métodos articuladores, interventivos e mediadores perante todos os que compõe a escola, trazendo o reconhecimento da necessidade de múltiplas profissões.

As múltiplas funções que acarretam inúmeros problemas na área educacional, pois com uma equipe desfalcada, não tendo pernas para conseguir a resolução, e fazendo com que seja rotineiro o cotidiano escolar, há um processo de adoecimento

do profissional que, diante de toda a dificuldade, não consegue intervir naquela demanda sem os recursos adequados.

Com base nas múltiplas profissões, podemos fazer uma educação de qualidade nas escolas, pois com uma gama de profissionais que buscam o interesse de melhoria, será possível concretizar a política nacional de educação renovada e mais estruturada. Como pesquisadora e como mãe de alunos, percebemos que as escolas estão dando seu melhor, mas o sucateamento na educação pública é uma realidade. Há profissionais que chegam a ser polivalentes, executando tarefas que não são da sua competência, ficando assim, difícil de realizar um trabalho mais aprimorado e de qualidade.

Nessa discussão de inserir o assistente social na educação, percebemos que esse campo ainda está muito fechado e o que existe a necessidade da inserção desse profissional, que pode contribuir nessas equipes, minimizando certas dificuldades e processos que se fazem atualmente, como no adoecimento dos profissionais, além do adoecimento, os processos de reabilitação desses profissionais. O profissional de Serviço Social está apto à articulação da rede sócio assistencial, o conhecimento do território, fazer os encaminhamentos necessários para o direcionamento e acompanhamento, para que haja um retorno positivo e que, se possa ser analisado e ter dados para perceber se houve um impacto com a inclusão desse profissional na equipe.

Ao inserir o assistente social na educação, vale ressaltar, que o mesmo tem todo o seu conhecimentos nas políticas públicas, e dentro da escola vai possibilitar a articulação com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Programa de Saúde da Família (PSF), com associações de moradores, com outras escolas e com equipamentos que promovam ações voltadas para os jovens no contra turno escolar, que possibilitem a inserção desses jovens nesses equipamentos, evitando assim, a minimizar os riscos a vulnerabilidade. Além disso, o profissional pode fazer o acompanhamento familiar em parceria com os CRAS, que são os responsáveis no território, pelo acompanhamento familiar e fazer a orientação adequada quanto a existência dos benefícios sócios assistenciais para as pessoas com deficiência, como no caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), fazendo um encaminhamento, para que essa pessoa chegue ao (CRAS), e por meio dele possa obter esse benefício. E que crianças que hoje recebem o benefício, mas que não estão matriculadas, que sejam matriculadas e inseridas na escola mais próxima de

sua casa, fazer os acompanhamentos dos projetos de inclusão de pessoas com deficiências, como por exemplo: o Atendimento Educacional Especializado (AEE).⁷

O assistente social pode promover um trabalho com os próprios membros da escola, ou seja, os partícipes e profissionais da escola, no sentido de que esses profissionais também tragam suas demandas, porque os profissionais da educação com uma parceria como o assistente social e psicopedagogo podem elaborar projetos de intervenção, usando oficinas e rodas de conversas com os alunos, para que consigam tornar as escolas mais atrativas e mantê-los no ensino por mais tempo.

Os profissionais das escolas trazendo suas demandas no grupo profissional, expondo suas ideias com base na observação e convívio com seus alunos que tem dificuldade de relacionamentos entre pais e filhos, com envolvimento nas drogas, com indício de violência e com questões cognitivas dos filhos, que interferem inclusive na sua própria ação, por verem a situação da escola com demandas semelhantes às que ele têm dentro de casa e, sentem-se impotentes em resolver também essas demandas. Então, o próprio assistente social através do trabalho em conjunto com os psicólogos e psicopedagogos intervindo dentro da própria equipe, pode possibilitar a busca de soluções em conjunto.

Dessas profissões em que são inseridas nas políticas públicas é de valorosa importância seguir o código de ética da profissão, respeitando assim, os princípios e normas éticas de cada profissional. Segundo Yamamoto (2012, p. 96):

[...] a existência de uma relativa autonomia, por parte do assistente social, quanto à forma de condução de seu atendimento junto aos indivíduos e/ou grupos sociais com os quais trabalha, o que requer o compromisso com valores e princípios éticos norteadores da ação profissional, explicitados no código de ética Profissional.

O inciso sexto do projeto de lei 3466/2012, determina que o assistente social desenvolva seu trabalho participando de equipes, intensificando de forma conjunta às equipes multidisciplinar, como no caso o Programa Saúde da Família (PSF) dentro das escolas, realizando palestras, como uma forma de esclarecer a prevenção das doenças infectocontagiosas, visando a sensibilização dos jovens e

⁷ Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um atendimento em que a psicopedagoga atende as crianças que necessitam da educação especial com sala adaptada para receber as crianças e ser acolhida de acordo com a sua necessidade.

crianças, em relação aos riscos que podem ocorrer ,ao não uso de preservativos, a falta de higiene bucal, e todas as questões que envolve a saúde.

VI - Participar em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como o esclarecimento sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; por isso a importância de intensificar a rede.

No ano de 1993 quando a profissão foi regulamentada pela lei 8.662/1993, o assistente social obteve o direito de ser inserido em campos profissionais diversificados, porém, com exigências de ser um profissional qualificado, bem informado, culto, propositivo e com competências para saber executar seu trabalho sobre as expressões da questão social. Esse profissional executa seu trabalho de forma ética, baseados nas três dimensões ético política, técnica metodológica e técnica operativa. Com o princípio fundamental do inciso 10, do código de Ética da profissão, que fala do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e, com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

4. A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

De forma clara e objetiva, a colocação do assistente social na educação é abordada nesse capítulo, trazendo uma discussão sobre a legislação que promove a inclusão do assistente social na política de educação, a partir daí, analisamos os avanços e os desafios dessa inserção e do trabalho desse profissional.

4.1 Legislação

O serviço social é uma profissão regulamentada no Brasil pela lei de nº 3252/1957, com uma discussão na busca pela profissionalização da ordem e da organização no que era seu objetivo e conceito, que surge a partir de um movimento social e articulado de formação doutrinária em que a Igreja tinha como questão moral e religiosa, os posicionamentos dominantes perante a questão social. Então, dessa forma, o Serviço Social era uma profissão que tinha fontes preferenciais de ações católicas e sociais, emergindo com bases doutrinárias de cunho reformista e conservador e com característica de vocação voltada para o passado.

Foi com o surgimento de instituições que, a partir da década de 1940, ampliou o mercado de trabalho do assistente social legitimado pelo Estado e por um conjunto dominante, deixando de ser uma distribuição de caridade, para ser executor das políticas sociais do Estado e setores empresariais.

Em 1993 é sancionada a Lei 8662/ 1993, que revoga a Lei 3252/1957, limitando o exercício da profissão aos que possuem diploma de cursos de graduação, desmistificando o lado caritativo da profissão e reforçando o caráter legítimo de um profissional, que pode atuar em diversas áreas tendo como objeto de trabalho, as expressões da questão social.

Houve toda uma busca da categoria profissional nessa sistematização dos seus princípios e de seus objetivos, o que culminou na mudança do código de ética de 1993, que está em vigor ainda hoje e, que traz os princípios e diretrizes da profissão, reforçando o respeito pela pluralidade, pela diversidade e as lutas pela defesas dos direitos. Para lamamoto e carvalho (2011, p. 328):

O Serviço Social deixa de ser uma forma de distribuição controlada da exígua caridade particular das classes dominantes, para constituir-se numa

das engrenagens de execução das políticas sociais do Estado e corporações empresariais.

O assistente social é um profissional que, atua em diversas áreas em que trabalha com políticas públicas sempre intervindo nas expressões da questão social, dentre essas políticas públicas, está a política de educação, que de acordo com a lei 3.466/2012 que dispõe:

III – Integrar o Serviço Social Escolar a um sistema de proteção social amplo, operando de forma articulada outros benefícios e serviços sócio assistenciais, voltados aos pais e alunos no âmbito da educação em especial, e no conjunto das demais políticas sociais, instituições privadas e organizações comunitárias locais, para atendimento de suas necessidades;

O projeto ético político profissional amadureceu a possibilidade de inserir o profissional assistente social nos anos 90, na área da educação. Isso se apresenta nos encontros nacionais do CFESS – CRESS, 2001, pois de início, realizaram proposições de âmbito nacional. De acordo com Queiroz (2015, p. 15):

O documento de 2001 consiste em uma cartilha elaborada pelo conjunto CFESS e os CRESS regionais, tendo por finalidade contribuir com o processo de discussão acerca da presença do Serviço Social na educação e para o aprofundamento da reflexão sobre uma concepção de educação coerente com o projeto Ético Político profissional.[...].

Com a criação do grupo de estudo do Serviço Social na educação (GT, 2001), objetivando um estudo que trouxesse as diretrizes para que o Serviço Social fosse inserido na educação, incorporado o parecer jurídico de nº 23/200, do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS), no ano de 2004 e foi solicitado a elaboração de um parecer sobre a inserção do assistente social na área da educação. O encontro de nº 35 foi em 2006, na cidade de Vitória (ES), o GT Serviço Social na educação foi constituído em 2012 com sua extinção nacional passando a ser regional. (CRESSRS/ SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO).

Com a pertinência da inserção do assistente social na educação foi encaminhado para a Assembleia Legislativa do Ceará em 2005, o projeto de Lei de número 3.466/2012, cujo artigo de número I, estabelece que: “todas as escolas públicas, entidades filantrópicas, e Fundações, devam ter profissionais cuja atividade principal, seja o provimento da educação, ficam obrigadas a manterem o Serviço Social escolar e, sobre isso, a lei define que:

Paragrafo Único - Compete ao serviço social escolar.

I – Efetuar levantamento de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;

II – Elaborar e executar programas de natureza sócio-familiar, visando a prevenção da evasão escolar e a melhoria do desempenho do aluno;

III – Integrar o Serviço Social Escolar a um sistema de proteção social amplo, operando de forma articulada outros benefícios e serviços sócio assistenciais, voltados aos pais e alunos no âmbito da educação em especial, e no conjunto das demais políticas sociais, instituições privadas e organizações comunitárias locais, para atendimento de suas necessidades;

IV – Coordenar os programas assistenciais já existentes na instituição;

V – Realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, possibilitando assisti-lo adequadamente;

VI - Participar em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como o esclarecimento sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;

VII – Elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas onde existam alunos egressos das classes especiais;

VIII – Empreender outras atividades pertinentes às prerrogativas inerentes ao profissional assistente social, não especificadas neste artigo.

A lei determina que, o profissional dentro da escola deva trabalhar diretamente com o aluno e a comunidade escolar e com os demais profissionais, dentro de uma equipe multiprofissional no sentido de integrar, de fazer com que esse aluno acesse o direito à educação, assim como a outros direitos que são concedidos, mas para isso, tem que ser articulado todo um sistema de proteção social, que vai envolver outras políticas setoriais dentro daquele espaço territorial como por exemplo o CRAS, o PSF e o Conselho Tutelar, dentre outras entidades que não são de órgãos públicos, e sim privados, que também ofereçam atendimento aos alunos. Eles podem implantar programas dentro da escola em parceria com esses equipamentos ou não, eles podem executar um trabalho de acompanhamentos da assiduidade ou da evasão escolar.

A publicação da lei no Ceará é de 2005, mas anteriormente, já havia todo um trabalho de discussão no Brasil em que era fomentada pelo GT Serviço Social na educação, em outros estados já havia sido apresentado proposta de leis que, fizessem essa inclusão, dentre eles, em 2003 no estado de Minas Gerais e na Bahia, e em 2006 na cidade do Rio de Janeiro. Esses projetos de leis reforçam as necessidades desses profissionais na escola, considerando as competências que

são atribuídos a eles para trabalhar e intervir nas diferentes formas que se apresenta nas expressões da questão social, naquele público que compõe a comunidade escolar, especialmente, nas escolas públicas em que a maioria dos alunos se encontram em condições de vulnerabilidade ou de risco social nas comunidades mais afastadas e periféricas, consideradas as comunidades mais marginalizadas.

Das entidades filantrópicas na cidade de Fortaleza - Ceará existem duas escolas filantrópicas em que foi inserido o trabalho do assistente social, situadas nos bairros de Fátima e Maraponga, mas de acordo com a busca da pesquisa não foram encontradas escolas públicas municipais e estaduais com a inserção do assistente social. Então, dessas informações em que tivemos conhecimento, as escolas municipais e estaduais se encontra na carência desses profissionais em que faria uma grande diferença com seu trabalho, deixando claro que, na escola Conceição Mourão em que trabalhamos e da qual foram feitos os relatos de sua problemática, mas que na mesma é inexistente esse profissional.

4.2 Avanços e desafios da inserção do assistente social na educação

Nessa pesquisa em que retrata os avanços e os desafios da inserção do assistente social foi possível identificar, um avanço dentre vários desafios. Em relação ao avanço encontrado é o que está estabelecido na Lei 3466/2012, que o assistente social pode estar inserido na política de educação com suas competências. Portanto, na realização dessa pesquisa encontramos um desafio que para nós é o mais importante, pois trata-se da falta de acesso presencial às escolas filantrópicas, que com certeza traria uma maior variedade de informações, que enriquecia ainda mais esse trabalho.

A sensibilização dos governantes é um desafio para que sejam inseridos o assistente social na educação, pois colocar o profissional dentro das equipes multiprofissionais e fazer, com que esse profissional, seja aceito por toda a equipe, fazendo com que este tenha condições de executar tudo que está estabelecido no artigo 1º da lei 3466/2012, para que ele tenha condições de elaborar indicadores para perceber se após a sua inserção houve alguma mudança nesse processo, para dizer que o seu trabalho realmente causou um impacto na educação.

Dentre esses desafios um que se apresenta é a questão dos recursos para contratação dos profissionais, já que os profissionais são contratados por meio de

concurso público, e se ele não acontece não há nada que baseie a contratação desses profissionais, além disso, a falta de verbas e recursos em diferentes políticas públicas, dentre elas, a política da educação é fator para a não efetivação desses contratos. Conforme afirma Iamamoto (2012, p.160):

[...] falta de verbas e recursos das instituições prestadoras de serviços públicos, expressão da redução de gastos sociais recomendada pela política econômica governamental, que erige o mercado como a “mão invisível” que guia a economia. Verifica-se a inviabilização de programas de trabalho, a falência dos serviços públicos nos campos da saúde, educação, habitação etc.

A falta de recursos é um impasse que faz com que não avance essa contratação ou essa inserção do profissional, sendo um desafio a sensibilização dos gestores e administradores no sentido de perceberem, que o trabalho do assistente social podia trazer para essa política, a diminuição de gastos, como no caso de incentivo de programas e diminuição da evasão escolar fazendo com que, o aluno permaneça na escola mais tempo, sendo promovido e conclua o ensino fundamental e médio, no tempo determinado para que esses alunos sejam inseridos no mercado de trabalho.

Diante desse quadro da não aprovação do trabalho do assistente social na educação, pode ser impactado de forma que, reforce a manutenção desse aluno na escola, na intervenção de quem compõe a equipe multidisciplinar para trabalhar as deficiências desse aluno, fazendo com que haja um reforço, uma incidência maior sobre ele para que a promoção realmente seja válida. Não se faça como o que está acontecendo atualmente, ou seja, sem um método para que o aluno sem ter o seu devido mérito seja aprovado, só para não deixar que esse aluno repita de ano, dessa forma o aluno não terá um preparo intelectual. De acordo com Almeida (2005, p. 2):

[...] pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação as estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.

Um dos grandes desafios a ser elencados com a inserção do assistente social na educação são essas problemáticas, os desinteresses dos alunos, que não realizam atividades em salas de aula, como por exemplo, em que o aluno é posto

para fora de sala de aula por diversos motivos, mal comportamento, tarefas não realizadas e ao sair de sala fica ocioso dentro da escola, aumentando assim, o desinteresse pelos estudos. Compreendendo que esse aluno tem que ser visto na sua totalidade para que seja averiguada a problemática é que faz com que ele tenha esse desinteresse pela escola.

A evasão escolar, o baixo rendimento escolar, o desinteresse pelo aprendizado e outros, nesse contexto, aliados a outras formas de expressão dos problemas de âmbito social, tem sido, frequentemente constatados nos limites da rotina escolar, porém não tem se procurado alternativas institucionais para o enfrentamento destes problemas. (CEFESS, 2000)

Dessa forma, podemos colocar aqui a grande problemática que é o nível da evasão escolar, que aumenta por não ter nas escolas um atrativo que consigam incentivar esses alunos a permanecer na escola. Um grande obstáculo que faz com que a evasão seja expandida é o uso das drogas, em que crianças e adolescentes se deixam levar nessa onda por conta das modinhas que surgem nas escolas e, que mesmo com programas e projetos para sensibilizar os alunos a estarem adquirindo conhecimentos sobre os males que esses vícios fazem para o ser humano, ainda é muito grande o índice da evasão escolar.

A evasão escolar que, de acordo com uma pesquisa da Revista Isto É⁸, em que a população brasileira que não conseguem terminar os estudos na modalidade normal, atingindo um percentual de cerca de 52% dos brasileiros entre 19 e 25 anos que deixaram de estudar, não se dedicaram à escola como deveriam, ou estão atrasadas na formação.

Portanto, essa conjuntura de fatores implicam para que essa problemática cresça dentro das escolas, gerando assim, desafios para o assistente social que ao ser implantado dentro das escolas, teria como atribuição, a mobilização das famílias e a rede sócio assistencial, adentrando nas questões sociais, que justifiquem a demanda em pauta, com suas respectivas atividades de acordo com o parecer jurídico 23/00 do inciso I.

A implantação do Serviço Social Escolar, em face as atribuições atinentes a atividade profissional respectiva, estabelecida pelo artigo 4º e 5º da Lei 8662/93, propiciará não só diagnosticar mais propor resoluções e alternativas a problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, evitando a evasão escolar. O baixo rendimento escolar e outras causas decorrentes das desigualdades e carências vividas pelo

⁸ Revista Isto É de 20 de Abril de 2018.

educando. Trará, de outra sorte, benefícios para os alunos da rede pública, sobretudo para aqueles oriundos de famílias com maiores dificuldades econômicas, possibilitando e orientando ao acesso aos serviços sociais e assistenciais, através de programas e encaminhamentos efetuadas pelo profissional competente.

Os projetos e programas que tem dentro das escolas para que possamos combater crimes contra crianças e adolescentes, como o trabalho infantil, as drogas, e o aliciamento dessas crianças que são usadas como aviões para traficantes, temos o Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (PETECA), criado no ano de 2008, com 130 municípios e com 1800 escolas, sendo 200 escolas no Ceará, com o objetivo de sensibilizar a sociedade e as famílias para que reforcem a importância de reunir ações nas comunidade e nas escolas, protegendo os direitos das crianças e adolescentes.

O programa Peteca leva para as escolas a importância que as crianças e adolescentes têm em estarem nas escolas na idade certa e aprendendo, para que ao longo da vida sejam preparados para a inserção no mercado de trabalho, pois do contrário, terá prejuízo nessa prática precoce.

Esse programa já é referência no Brasil por conta dos resultados trazidos com 70% da diminuição de casos de exploração infantil, garantindo os direitos para mais de duzentas mil crianças e adolescentes. Portanto, o Peteca cria atividades para que os alunos da rede pública apresentem e sejam premiados. De acordo com site do prêmio Peteca (2018):

Os alunos da rede pública poderão apresentar poesias, contos, esquetes teatrais, curta metragens, desenhos e músicas. Cada município poderá inscrever até 18 trabalhos artísticos (seis por categoria). Em 2017, o Ceará foi o estado com o maior número de inscritos na etapa estadual: 456, ao todo. “Com a mudança no regulamento e maior adesão dos municípios ao programa, esperamos mais que dobrar o total de participantes este ano”, antecipa o procurador.

Ressaltando e reforçando a importância desse programa para que sejam denunciados os exploradores, que usam crianças e adolescentes em trabalhos escravos e infantil, tirando deles o direito de estudar e de ser criança, pois essa violação é muito frequente no Estado do Ceará e no Brasil, mesmo com uma grande diminuição.

Em relação às drogas e a violência, o combate dentro das escolas se dá através do Projeto Divisão e Proteção ao Estudante (DIPRE), que é advento da

superintendência da polícia civil do Governo do Estado do Ceará, um trabalho executado por Policiais Cívicos e Militares, esse projeto tem como parcerias o Estado e Prefeituras do Ceará. O projeto tem mais de 23 anos de existência, em que o foco eram os jovens das escolas e universidades, atualmente, atuam dentro dos presídios, também, com objetivo maior de cuidar e prevenir não só os jovens e as crianças, mas para os que se encontram recolhidos nos presídios. Para que os jovens não entrem e para os presidiários que não voltem para o mundo das drogas e violência.

Esse projeto traz ações interventivas para o uso indevido de drogas para crianças e adolescentes, dentro das escolas públicas e privadas e dessa forma são realizadas palestras que abordam assuntos, como: violência sexual, violência doméstica e sobre todos os efeitos que as drogas trazem em escolas privadas e públicas. Um projeto que tem como parceiro importante, a sociedade com ações educativas voltada para a cultura da paz.

Para que sejam realizadas as palestras é solicitado pelo gestor da escola o dia e horário mais viável, fazendo um agendamento na escola com duração de duas horas, as temáticas são escolhidas de acordo com que a escola tenha a frequência maior de incidentes, onde as palestras são ministradas por cinco policiais civis. A divisão busca estar sempre atuando com seminários e palestras pontuais nos bairros mais vulneráveis, como: o grande bom jardim, pirambu e messejana, pois esses bairros é onde o foco de violência cresce mais.

Ressaltamos que, esses projetos servem de incentivos para que mais projetos sejam criados com objetivos de incentivar, e realizar um trabalho com as crianças e adolescentes, fazendo com que o tempo dessas crianças, seja preenchido com parcerias o Ministério da Educação.

Perceber que através desses projetos, os desafios que os assistentes sociais terão nesse âmbito são extensos, mas fazendo com que aconteçam propostas que dignifique os direitos desses alunos pra sejam adquiridos a partir dos projetos e programas, elencando todo arcabouço necessários para viabilizar os direitos das crianças e adolescentes das escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrarmos esse trabalho de pesquisa, percebemos o quanto um processo de pesquisa nos transforma. Inicialmente, tínhamos vários questionamentos sobre o quanto a educação pública necessita mudar, sobre os problemas que permeiam as escolas e a comunidade escolar.

Está trabalhando em escola pública, ter visto as dificuldades que a equipe de professores, coordenadores e diretores passam ao se defrontar com os problemas de alunos, a evasão escolar, violência e insegurança e o sentimento de impotencialidade deles em conseguir resolver tais problemas; o fato de ser mãe de alunos e, especialmente, de aluna que apresenta problemas relacionados a saúde mental, aliada ao fato de ser estudante de Serviço Social, aguçaram o desejo pela pesquisa relacionada a inclusão do profissional de Serviço Social nas equipes multiprofissionais, que atuam nas escolas públicas.

Para a realização desta pesquisa traçamos como objetivo geral, analisar os avanços e desafios da inserção do assistente social nas escolas públicas e, como específicos: caracterizar a trajetória da inserção do profissional na educação; descrever a atuação do assistente social na escola; e, identificar os tipos de demandas do assistente social na escola.

Dadas as dificuldades de inserção em campo, por não haver escolas públicas em Fortaleza em que o assistente social estivesse atuando, optamos pela pesquisa bibliográfica. Imensas foram as dificuldades desse processo, o acesso a livros e levantamento de materiais que discutam sobre o trabalho profissional no campo da política pública são ainda escassos e pouco discutidos, de forma que escrever esse trabalho foi um desafio.

Ao final, entendemos que os resultados foram positivos ainda que, os objetivos não tenham sido plenamente atingidos, isto, porque foi possível conhecer as mudanças no formato da política de educação e perceber que, para além do estabelecido na lei de diretrizes e bases, a legislação brasileira que garante direitos é ampla e a perspectiva de acesso a educação se encontra no Estatuto da Criança e do Adolescente, como também na Lei Brasileira de Inclusão. Falar disso nos parece comum, mas muitas vezes o olhar de mãe nos fez ver apenas que seus filhos tem direito a escola, mas diante do estudo dessas duas leis, percebemos o quanto esse direito vai além da matrícula, mas passa pelo território, pela necessidade da

matrícula ser realizada em uma escola no território de referência da criança ou adolescente, e na impossibilidade de isso acontecer, o acesso deve ser possível por meio da oferta do transporte.

Ao final da pesquisa, o grande entendimento é que a inclusão do assistente social nas equipes multiprofissionais ainda é um desafio e, após essa inclusão, outros desafios se fazem, tais como os já descritos, como o respeito pelos limites e competências de cada profissional, a articulação de uma rede intersetorial que favoreça a permanência de crianças e adolescentes o maior tempo possível na escola, minimizando os riscos vindos da rua e da ociosidade ou do trabalho infantil; a coesão da equipe no sentido de operacionalizar ações de incentivo ao aprendizado; o encaminhamento para a rede de atenção a saúde, sempre que necessário; o contato com equipamentos como CRAS, CREAS e Conselho Tutelar, responsáveis pela defesa de direitos, e que tem como público alvo, em sua maioria, as famílias de crianças e adolescentes matriculados.

Por fim, outro desafio, não para o profissional mas no campo acadêmico é o aprofundamento de estudos como este, a formação de uma bibliografia, que possibilite a discussão quanto aos papéis que o assistente social pode exercer nos diferentes espaços de trabalho, nos equipamentos da política de educação, seja nas escolas ou na gestão da política.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. L. T. “Educação”. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo três. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2005. p.151-163.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; **O que é a educação**. 1.ed.Brasiliense, 2013 vol.20, pag.103,114,115. Brasil, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: www.portal,mec.gov.br. Acesso em: 13/09/2018.
- _____. Projeto de lei (PL) Nº 3688 de 2000 e Nº 837 de 05 de julho de 2005.
- CEARÁ. Projeto de Lei nº 3.466,de 2012. Raimundo Gomes de Matos.
- CORTELLA; M. S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez/Inst. Paulo Freire, 2000.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 9º edição São Paulo:Cortez. 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e formação/profissional**. ed. Cortez – São Paulo.2012.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.
- LOPES. Cinthia Fonseca e Cruz. Erivânia Bernadino. **Vade Mecum do Serviço Social/**. 7ª edição, Fortaleza Premium. 2016, p.438.
- MARCONI. Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas da pesquisa**. Ed. Atlas 7ª Edição- Ano 2010. p.78.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. edição 29. 2010.
- MOACIR. Gadotti, ROMÃO, José Eustáquio (Org),7º edição, Ed Cortez, pag.32.
- QUEIROZ, Mayra Barbosa de. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**. Campinas Ed. Papel Social 1ª Edição-ano 2015 p.117.
- REVISTA ISTO É. São Paulo: Cortez: 2012 (coleção biblioteca básica, v; 6)
- SILVA, Magda Lima da. Revista ; Fortaleza gráfica. 2014, p.106.
